Mercado geral de trabalho: o que há de novo no Brasil?

Marcio Pochmann

1. Apresentação

Durante os últimos 25 anos, o conjunto da economia brasileira passou por importantes transformações, cujos efeitos nem sempre foram observados por estudiosos e o público em geral. Especialmente em relação ao comportamento geral do mercado de trabalho, constatam-se a diversidade de análises e interpretações discrepantes num ambiente macroeconômico marcado pela semi-estagnação da renda per capita.

Um exemplo disso pode ser localizado no tema referente ao trabalho no setor industrial. Uma parcela significativa dos estudos sobre o uso da mão-de-obra aponta para o esgotamento da capacidade do setor manufaturado continuar a elevar o seu nível ocupacional.

Em resumo, a indústria estaria condenada a conviver com níveis de emprego decrescentes em termos relativos, quando não absolutos. O que ocorreu durante a década de 1990 – fruto da combinação perversa da profunda recessão econômica do governo Collor (1990/92) com as aberturas comerciais e financeiras, abruptas, indiscriminadas e acompanhadas da valorização cambial e das altas taxas de juros – terminou induzindo grande parte dos analistas e o público em geral a acreditar na hipótese do emprego finito e diminuto no setor industrial[1].

Na realidade, poucos estudiosos se atentaram para as oportunidades abertas pelo emprego industrial a partir da constituição de uma nova Divisão Internacional do Trabalho[2]. Ao contrário do que se verificaram em vários

[1] Para maiores detalhes sobre essa visão ver: Alban, 1999; Camargo, Neri & Reis, 2000; Moreira & Najberg, 1999.

[2] Ver mais em: Mattoso, 1996; Baltar & Henrique, 1994; Pochmann, 1998.

países que registraram perdas relativas no total do emprego industrial, a Índia e China, por exemplo, indicaram outra tendência de fortalecimento do uso crescente da mão-de-obra na indústria.

O Brasil, não obstante o constrangimento imposto pela política neoliberal, vem registrando desde 1999, sobretudo com a mudança no regime cambial e a expansão do comércio mundial, um importante movimento de recuperação do nível das ocupações no setor industrial[3]. Mesmo apresentando um ritmo de crescimento econômico médio anual bem inferior ao verificado no conjunto da economia mundial, o comportamento geral do mercado de trabalho vem dando sinais de interrupção da trajetória consolidada nos 20 anos passados de forte contenção do nível da ocupação industrial e precarização generalizada dos postos de trabalho.

Em virtude disso, o presente estudo procura analisar o comportamento geral do mercado de trabalho no Brasil num prazo mais longo de tempo. A partir de uma breve recuperação sobre as tendências de longo prazo do mercado de trabalho brasileiro, procura-se analisar melhor a situação mais recente do trabalho, especialmente nos últimos cinco anos (1999/2004) que parecem destoar do movimento iniciado na década de 1980 de restrições ao nível de emprego e precarização geral das ocupações.

Três são as partes constitutivas da presente investigação, sem contar a apresentação, as considerações finais e a referência bibliográfica. A primeira parte descreve rapidamente os dois movimentos estruturais do mercado geral de trabalho nos últimos 60 anos, enquanto a segunda refere-se à situação mais atual do mercado de trabalho.

A terceira parte, por fim, trata da análise mais específica da ocupação no setor industrial. Nesse sentido, pretende-se explorar uma nova perspectiva explicativa para a situação atual de inversão no sentido da evolução do mercado de trabalho no Brasil.

2. Tendências de longo prazo no funcionamento do mercado de trabalho no Brasil

O mercado geral de trabalho brasileiro vem registrando desde os anos 80 uma trajetória muito distinta da verificada no período anterior.

[3] Sobre a relação do comércio internacional com o comportamento da economia nacional e o emprego ver: Gonçalves, 2000; Pochmann, 2001.

Até então, prevalecia o funcionamento do mercado de trabalho sustentado pela maior ampliação dos empregos assalariados, sobretudo dos regulares e registrados, e pela redução relativa do desemprego e das ocupações por conta-própria e sem remuneração.

A partir da década de 1980, contudo, observa-se um conjunto de sinais que apontam para a ruptura da tendência geral de funcionamento do mercado de trabalho, com crescente elevação do desemprego aberto e das ocupações não assalariadas. Em contrapartida, há o decréscimo do assalariamento, especialmente daquele com carteira assinada em relação ao total da ocupação.

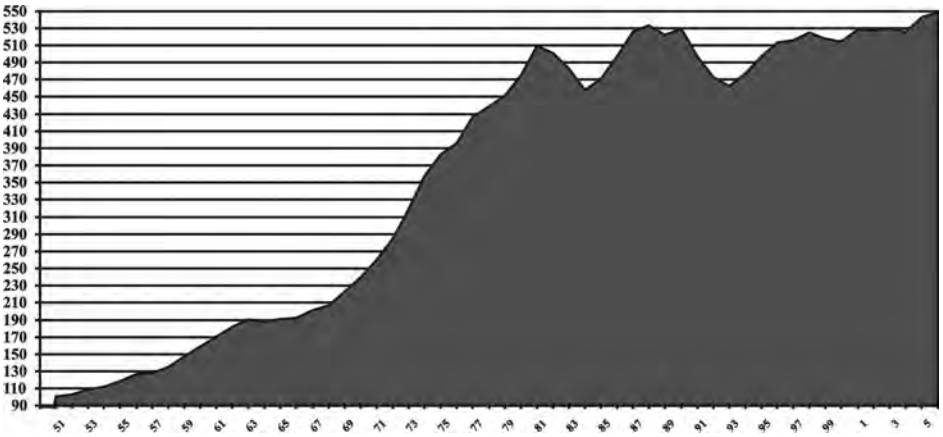
Em síntese, dois movimentos distintos na evolução do comportamento geral do mercado de trabalho podem ser percebidos nos últimos 60 anos. Entre as décadas de 1930 e 1980, por exemplo, teve importância o movimento geral de estruturação (incompleta) do mercado de trabalho, enquanto, a partir de 1980, passou a prevalecer o movimento de desestruturação do mercado de trabalho.

Por estruturação compreende-se a predominância do segmento organizado do mercado de trabalho urbano, tendo em vista o avanço das ocupações mais homogêneas, com base nas empresas tipicamente capitalistas, na administração pública e nas empresas estatais representadas fundamentalmente pelo emprego assalariado regular e regularizado. Já o movimento de desestruturação caracteriza-se pela manifestação do segmento não-organizado do mercado de trabalho urbano, cujas formas principais de ocupação são heterogêneas, que não pertencem, sobretudo, às organizações tipicamente capitalistas, administração pública e empresas estatais, geralmente peculiares das economias subdesenvolvidas[4].

O comportamento de longo prazo extremamente diferenciado no funcionamento do mercado de trabalho encontra-se em sintonia com o desempenho da economia nacional. Por intermédio da evolução do Produto Interno Bruto (PIB) per capita pode-se observar (Gráfico 1) que durante o ciclo da industrialização nacional (1930/80) conformou-se o movimento de estruturação (incompleta) do mercado de trabalho no país.

A partir de 1980, com o abandono do projeto de industrialização, a evolução do PIB per capita registrou forte oscilação, praticamente mantendo

[4] Sobre isso ver mais em: Souza, 1980; Tokman, 1987; Cacciamali, 1983 e 1992, Thurnham, 1990.



Fonte: Bacen e FIBGE
* = estimativa para 2005 de 1,2%

Gráfico 1. Brasil: evolução do índice do Produto Interno Bruto per capita (1950 = 100,0)

uma trajetória de semi-estagnação. Simultaneamente, o comportamento do mercado de trabalho passou a apresentar as características de desestruturação.

Essas características gerais do comportamento diferenciado do mercado de trabalho no longo prazo estão de acordo como as informações obtidas dos censos demográficos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Até o ano de 2000, quando foi realizado o último censo demográfico do país, prevalecia ainda a tendência desestruturação do mercado de trabalho nacional, com forte taxa de desemprego aberto e perda relativa de participação do emprego formal no total da ocupação.

Mesmo quando se utilizam os dados de pesquisas amostrais, como a PNAD, nota-se uma trajetória similar no comportamento do mercado de trabalho observado pelas pesquisas censitárias. Todavia, os dados da PNAD a partir 1999 registram novidades que indicam uma contraposição em relação comportamento geral de desestruturação do mercado de trabalho que tem origem na década de 1980.

Antes de tratar especificamente da situação mais recente do mercado de trabalho, busca-se compreender a evolução mais geral do trabalho no Brasil. A partir das informações do censo demográfico, são analisados a seguir os dois principais movimentos de estruturação (1930 e 1980) e de desestruturação (1980 e 2000) do mercado de trabalho nos últimos 60 anos.

MOVIMENTO GERAL DE ESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO (1930/80)

Entre as décadas de 1930 e 1970, o mercado de trabalho apresentou fortes sinais de sua estruturação em torno do emprego assalariado regular e regulamentado, bem como dos segmentos organizados da ocupação. Em outras palavras, a presença de taxas elevadas de expansão dos empregos assalariados com registro formal em segmentos organizados e a redução na participação relativa do desemprego, das ocupações sem registro, sem remuneração e por conta-própria, possibilitaram a incorporação crescente de parcelas da População Economicamente Ativa (PEA) ao estatuto do trabalho brasileiro[5].

Em contrapartida, ocorreu a diminuição das ocupações não-organizadas, o que permitiu que ganhasse força a perspectiva de acesso de todos os trabalhadores ao conjunto de empregos regulares e regulamentados (sociedade salarial). Além disso, houve também queda no grau de precarização da força de trabalho brasileira (desempregados, conta-própria e sem remuneração), deixando de representar 55,7% da PEA, em 1940, para passar para 34,1%, em 1980.

Para uma taxa média anual de expansão da População Economicamente Ativa de 2,6% entre 1940 e 1980, o emprego assalariado com registro aumentou 6,2%. No mesmo período, o emprego assalariado total cresceu a uma taxa média anual de 3,6% e o emprego sem registro a uma taxa de 0,6%, enquanto o desemprego variou 0,5% e as ocupações por conta-própria 1,8% e sem remuneração 0,6%.

A comparação entre os anos 1940 e 1980 permite ainda observar que, de cada dez ocupações geradas, quase oito eram assalariadas, sendo sete com registro e uma sem registro. As ocupações por conta-própria, os sem remuneração e os empregadores representavam apenas 20% do total dos postos de trabalho criados para o mesmo período.

[5] Estatuto do trabalho revela as condições de acesso ao conjunto de direitos que os empregados regulares e regulamentados possuem, tais como os benefícios de cidadania (representação sindical), regulação do padrão de uso e remuneração (proteção ao trabalho), questionamento laboral (justiça trabalhista, fiscalização do Ministério do Trabalho e negociação coletiva) e de seguridade social. Sobre isso ver: Dieese, 1994; Pacheco & Pochmann, 1997.

Tabela 1. Brasil: evolução da População Economicamente Ativa, da condição de ocupação e do desemprego entre 1940 e 1980

Itens	1940	1980	Variação absoluta anual**	Variação relativa anual
PEA	100,0%	100,0%	687,1	2,6%
PEA ocupada	93,7%	97,2%	681,6	2,6%
Empregador	2,3%	3,1%	24,4	3,3%
Conta-própria	29,8%	22,1%	121,5	1,8%
Sem remuneração	19,6%	9,2%	22,3	0,6%
Assalariado	42,0%	62,8%	513,4	3,6%
- Com registro	12,1%	49,2%	484,2	6,2%
- Sem registro	29,9%	13,6%	29,3	0,6%
Desempregado	6,3%	2,8%	5,5	0,5%
Taxa de precarização *	55,7%	34,1%	149,3	1,1%

Fonte: FIBGE, censos demográficos e estatísticas históricas do Brasil, MTE.
* Soma de conta-própria, sem remuneração, desempregado
** Em mil

Ao mesmo tempo, pode-se verificar que a forte expansão da ocupação esvaziou o risco do desemprego. No mesmo período de tempo, de cada 100 pessoas que ingressavam no mercado de trabalho, 99 conseguiam algum forma de ocupação.

Ademais da forte elevação dos empregos assalariados com registro, reflexo da transformação do mercado de trabalho nacional, ocorreu um movimento de consolidação de segmentos ocupacionais organizados no meio urbano. No período 1940 - 1980, o emprego no segmento organizado urbano cresceu à taxa média anual de 4,9%, acima da variação da PEA (4,6%) e das ocupações no segmento não-organizado (3,9%). Dessa forma, a cada dez ocupações geradas no mesmo período, sete eram de responsabilidade do segmento organizado e três do segmento não-organizado.

No setor secundário da economia brasileira (indústria), as ocupações do segmento organizado cresceram em média, a cada ano, a uma taxa de 4,9%, enquanto o segmento não-organizado cresceu a 3,9% a.a. No setor terciário, a variação média anual das ocupações no segmento organizado foi de 4,8%, contra 3,4% nas ocupações dos segmentos não-organizados.

Em função disso, pode-se identificar uma expansão da participação relativa tanto do setor secundário no total das ocupações da economia de 30,2%, em 1940, para 36,2%, em 1980, como dos segmentos organizados

Tabela 2. Brasil: Evolução das ocupações não-agrícolas por segmentos organizados e não-organizados entre 1940 e 1980

Itens	1940	1980	Variação absoluta anual*	Variação relativa anual
Total não-agrícola	100,0%	100,0%	615,3	4,4%
- Organizado	61,6%	70,5%	444,7	4,9%
- Não-organizado	38,4%	29,5%	170,6	3,9%
Secundário	**30,2%**	**36,2**	**230,1**	**5,1%**
- Organizado	20,8%	25,7%	164,1	5,1%
- Não-organizado	9,4%	10,5%	66,0	4,9%
Terciário	**69,8%**	**63,8%**	**385,2**	**4,3%**
- Organizado	40,8%	44,8%	280,6	4,8%
- Não-organizado	29,0%	19,0%	104,6	3,4%

Fonte: FIBGE, *op cit*
*Em mil

de 61,6% para 70,5% no mesmo período de tempo. O setor terciário reduziu sua participação relativa no total das ocupações de 69,8% para 63,2%, enquanto o segmento não-organizado também teve diminuída a sua participação relativa que passou de 38,4% para 29,5%, entre os anos de 1940 e 1980.

A expansão dos empregos regulares registrados e das ocupações nos segmentos organizados da economia indicou o movimento geral de estruturação do mercado de trabalho. Por força da implementação e consolidação do projeto de industrialização nacional, bem como devido à institucionalização das relações de trabalho, compartilhada pelo conjunto de normas legais difundidas a partir de um código de trabalho no país (CLT), tornou-se possível constar a evolução ainda que incompleta da estruturação do mercado de trabalho[6].

A dinâmica da industrialização, orientada pelas políticas macroeconômicas comprometidas com a expansão da produção nacional, favoreceu continuamente o aumento das ocupações, capaz de apontar para o horizonte de consolidação de uma sociedade salarial, a exemplo dos países desenvolvidos. Sem a institucionalização das relações de trabalho rumo à construção do estatuto do trabalho, contudo, não estaria assegurada a mesma expansão dos empregos registrados e das ocupações nos segmentos organizados, conforme observado na Tabela 2.

[6] Sobre o desempenho da economia nacional e do mercado de trabalho ver: Pereira, 1983; Tavares, 1975; Pochmann, 1995; Mattoso, 1995.

Apesar dos sinais incontestes de estruturação do mercado de trabalho ao longo do tempo, não houve, como é sabida, a sua homogeneização nos mesmos níveis constatados nos países desenvolvidos. Nesses, a taxa de assalariamento urbana supera os 4/5 da População Economicamente Ativa ocupada no meio urbano, enquanto no Brasil ela passou de 42,0%, em 1940, para 62,8%, em 1980. Por outro lado, de cada dez assalariados, três eram registrados em 1940 e, 40 anos depois, a relação já era de quase oito em cada dez.

Numa perspectiva de longo prazo, caminhava-se para a consolidação dos empregos regulares com registro e para uma maior taxa de assalariamento, porém permaneciam problemas tradicionais do mercado de trabalho em economias subdesenvolvidas, tais como a informalidade, subemprego, baixos salários e desigualdades de rendimentos. Mesmo sem examinar as múltiplas relações entre não-organizado e assalariado sem registro, desempregado, baixos salários, não assalariamento e desigualdade de renda, não é temerário admitir que, em geral, as melhores condições de trabalhos e remuneração tendiam a se concentrar no assalariamento com registro e nas ocupações nos segmentos organizados.

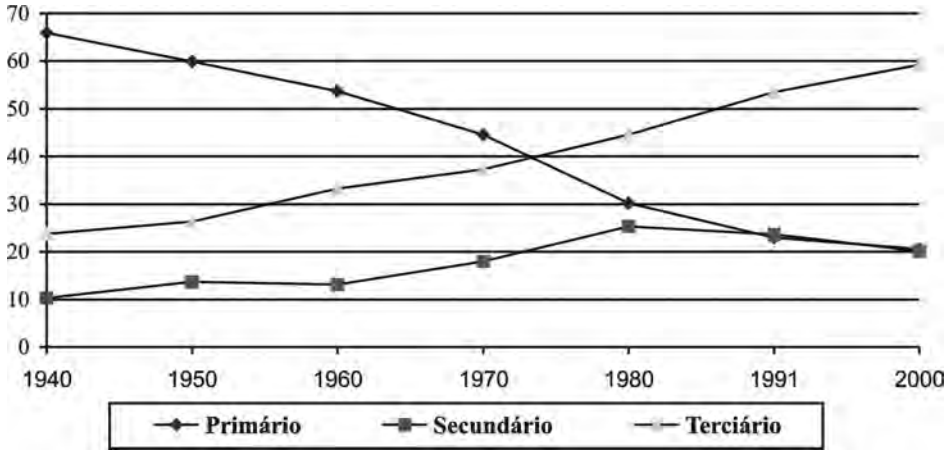
Movimento geral de desestruturação do mercado de trabalho pós-1980

O colapso no padrão de financiamento do desenvolvimento nacional logo no início da década de 1980, com a crise da dívida externa, levou à adoção de um conjunto de programas de ajustes macroeconômicos, que até hoje inviabilizando a plena retomada sustentada do crescimento econômico. No cenário de semi-estagnação, de fortes e rápidas oscilações econômicas e de alta inflação, o país terminou rompendo com a tendência de estruturação do mercado de trabalho inaugurada ainda na década de 1930[7].

A partir dos anos 80, observou-se a desaceleração na queda das ocupações do setor primário da economia, enquanto o setor secundário deixou de apresentar maior contribuição relativa no total das ocupações. Um inchamento do setor terciário ocorreu, ao mesmo tempo em que o desemprego tornava-se maior e mais precárias eram as ocupações geradas.

Em conseqüência, o setor secundário apresentou, em 2000, uma participação relativa na ocupação total levemente acima da verificada no início dos anos 70. Em 2000, por exemplo, notou-se que de cada dez

[7] Sobre o desempenho da economia nacional desde 1980 ver: Carneiro, 2002; Belluzzo & Almeida, 2002.



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos

Gráfico 2. Brasil: evolução da População Economicamente Ativa ocupada de 1940 a 2000

ocupações existentes, seis eram de responsabilidade do setor terciário, dois do setor secundário e dois do setor primário, enquanto em 1980, quatro eram do setor terciário e três do secundário e três do setor primário.

Ainda em relação à comparação das informações referentes ao comportamento geral do mercado de trabalho entre os anos censitários de 1980 e 2000, podem ser comprovados os evidentes sinais da desestruturação do mercado de trabalho. De um lado, o ritmo de expansão média anual da taxa de desemprego foi 5,5 vezes maior que o crescimento do nível ocupacional.

Apenas a título de referência, entre 1940 e 1980 o crescimento médio anual da ocupação se deu 5,2 vezes maiores que a taxa de desemprego. Praticamente o inverso do verificado nas duas últimas décadas do século 20.

Nessas condições, o risco do desemprego passou a ser cada vez mais constante e elevado. De cada cem pessoas que ingressaram no mercado de trabalho entre 1980 e 2000, 31 ficaram desempregadas.

De outro lado, o crescimento significativo do emprego assalariado sem carteira assinada acompanhada da ocupação por conta-própria. Tudo isso colaborou para a volta da expansão da taxa de precarização do mundo do trabalho.

Tabela 3. Brasil: evolução da População Economicamente Ativa, da condição de ocupação e do desemprego entre 1980 e 2000

Itens	1980	2000	Variação absoluta anual**	Variação relativa anual
PEA	100,0%	100,0%	1.646,1	2,9%
PEA ocupada	97,2%	85,0%	1.135,4	2,2%
Empregador	3,1%	2,4%	24,4	1,6%
Conta-própria	22,1%	19,1%	249,6	2,1%
Sem remuneração	9,2%	6,3%	41,0	0,9%
Assalariado	62,8%	57,2%	820,5	2,4%
- Com registro	49,2%	36,3%	318,7	1,3%
- Sem registro	13,6%	20,9%	501,8	5,1%
Desempregado	2,8%	15,0%	510,7	11,9%
Taxa de precarização*	34,1%	40,4%	801,3	3,7%

Fonte: FIBGE, censos demográficos
* Soma de conta-própria, sem remuneração e desempregado;
** Em mil.

Com isso, houve uma inequívoca interrupção na tendência de estruturação do mercado geral de trabalho, tendo o assalariamento contido o seu ímpeto expansionista. De cada dez ocupações abertas entre 1980 e 2000, sete eram assalariadas, sendo quatro sem carteira assinada e três com registro formal.

Por conseqüência, as ocupações por conta-própria, sem remuneração e empregadores representaram 30% do total das vagas geradas no interior do mercado de trabalho durante o mesmo período de tempo. Essa ampliação da ocupação, que terminou evitado o crescimento ainda maior do desemprego, não deixou de contribuir, por outro lado, para a elevação da precarização do mercado de trabalho.

Além da redução na participação relativa dos empregos assalariados com registro no total dos assalariados, ocorreu também a elevação da participação das ocupações nos segmentos não-organizados da economia urbana. Entre 1980 e 2000, de cada dez ocupações geradas, praticamente cinco foram de responsabilidade do segmento não-organizado e cinco do segmento organizado.

Isso porque as ocupações do segmento não-organizado cresceram a uma taxa média anual de 4,1% no mesmo período de tempo. Já o segmento organizado apresentou uma taxa média anual de variação de apenas 2,1% .

Tabela 4. Brasil: evolução das ocupações não-agrícolas por segmentos organizados e não-organizados entre 1980 e 2000

Itens	1980	2000	Variação absoluta anual*	Variação relativa anual
Total não-agrícola	100,0%	100,0%	1.079,5	3,3%
- Organizado	70,5%	62,1%	579,0	2,1%
- Não-organizado	29,5%	37,9%	500,5	4,1%
Secundário	**36,2%**	**29,8%**	**227,2**	**1,8%**
- Organizado	25,7%	16,3%	37,2	0,5%
- Não-organizado	10,5%	13,5%	190,0	4,1%
Terciário	**63,8%**	**70,2%**	**852,3**	**3,3%**
- Organizado	44,8%	45,8%	509,2	2,9%
- Não-organizado	19,0%	24,4%	343,1	4,1%

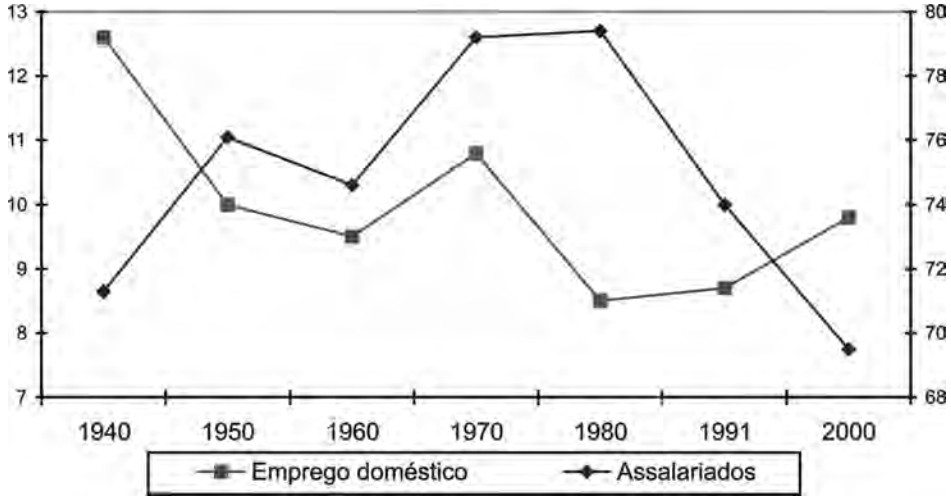
Fonte: FIBGE, censo demográfico.
* Em mil.

No setor terciário, o segmento organizado foi o principal responsável pela criação de ocupações, tendo em vista que na indústria (setor secundário) houve diminuição relativa das ocupações do segmento organizado, passando de 25,7%, em 1980, para 16,3%, em 2000. No mesmo período, o setor terciário organizado passou de 44,8% para 45,8% do total das ocupações urbanas do país.

Todas essas transformações nas formas de ocupação e inserção da População Economicamente Ativa no mercado de trabalho, que expressam uma trajetória de desestruturação, que teve início ainda na década de 1980, a partir do abandono do projeto de industrialização nacional e da adoção sistemática de um conjunto de políticas macroeconômicas de corte neoliberal. Devem ser acrescidas, por conta disso, as medidas direcionadas à desregulamentação do mercado de trabalho adotadas na década de 1990, o que terminou por contribuir ainda mais para o avanço da precarização das ocupações[8].

Em função disso, nota-se que durante a década de 1990 os sinais de desestruturação do mercado de trabalho foram mais evidentes. Um dos principais aspectos disso foi o significativo aumento do desemprego e do desassalariamento, provocado fundamentalmente pela contenção dos empregos com registro em relação ao total da ocupação.

[8] Sobre a precarização do emprego e as medidas de desregulamentação do mercado de trabalho ver: Krein, 2001; Pochmann, 2003.



Fonte: FIBGE, censos demográficos.

Gráfico 3. Brasil: evolução das participações do emprego assalariado e do trabalho doméstico na PEA urbana ocupada entre 1940 e 2000 (em %)

Uma outra característica adicional do movimento geral de desestruturação do mercado de trabalho, como exemplo de precarização das ocupações, pode ser observada através do comportamento dos empregos domésticos. Em relação à participação do emprego doméstico no total das ocupações urbanas, verifica-se uma tendência de queda entre 1940 e 1980, salvo em 1970.

Mas a partir de 1980, entretanto, a participação relativa do emprego doméstico começou a aumentar, tanto que em 2000 atingiu a mesma participação verificada em 1950. A taxa de assalariamento seguiu praticamente a trajetória inversa da ocupação doméstica.

3. Novidades no comportamento mais recente do mercado geral de trabalho

Nesta parte, procura-se analisar a situação mais recente do comportamento geral do mercado de trabalho, mas com base nas pesquisas amostrais de domicílios anualmente realizadas pelo IBGE (PNAD). De certa forma, busca-se identificar a presença de novos elementos que possam indicar a alteração da tendência de desestruturação do mercado de trabalho desde 1980, a partir do acompanhamento dos dados estatísticos anuais.

De uma maneira geral, pode-se observar que entre 1979 e 2004 ainda prevalecem sinais de desestruturação do mercado de trabalho. No entanto, quando considerados determinados intervalos de tempo, especialmente os anos mais recentes (desde 1999), verificam-se sinais de mudança em relação à tendência geral de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro.

Por conta disso, optou-se por dividir o período dos últimos 25 anos em dois subperíodos. O primeiro refere-se ao conjunto de informações relativas aos anos de 1979 e 1999, enquanto o segundo subperíodo trata dos anos de 1999 e 2004.

No primeiro subperíodo, que se refere ao intervalo de 20 anos (1979–1999), as características marcantes do comportamento do mercado de trabalho convergem para a ampliação da precarização geral das ocupações. Quase 2/3 do total dos postos de trabalho abertos nesse subperíodo de tempo foram constituídos por ocupações precárias.

Da mesma forma, assistiu-se ao crescimento quase que contínuo do desemprego aberto e das ocupações não assalariadas. De cada dez postos de trabalho abertos, por exemplo, quatro foram não-assalariadas, enquanto 21 de cada cem pessoas que ingressaram no mercado de trabalho ficaram desempregadas entre 1979 e 1999.

Tabela 5. Brasil: evolução da População Economicamente Ativa, da condição de ocupação e do desemprego entre 1979 e 1999

Itens	1979	1999	Variação absoluta anual**	Variação relativa anual***
PEA	100,0%	100,0%	1.529,1	2,6
PEA ocupada	97,3%	89,9%	1.206,7	2,2
Empregador	3,7%	3,8%	60,4	2,7
Conta-própria	21,2%	21,9%	350,8	2,8
Sem remuneração	11,8%	8,8%	66,4	1,1
Assalariado	60,6%	55,4%	729,1	2,1
- Com registro	36,3%	33,8%	460,1	2,2
- Sem registro	24,3%	21,6%	269,0	2,0
Desempregado	2,7%	10,1%	322,5	10,2
Taxa de precarização*	35,7%	40,8%	739,7	3,3

Fonte: FIBGE, PNAD's (ajustadas)
* Soma de conta-própria, sem remuneração e desempregado.
** Em mil.
*** Em %

Por outro lado, verifica-se também que a cada dez vagas abertas, somente quatro foram assalariadas com carteira assinada no mesmo período de tempo. Em decorrência, avançou rapidamente as ocupações pertencentes ao segmento não- organizado do mercado geral de trabalho.

Somente no setor urbano, mais de 2/3 das ocupações geradas pertenceram ao segmento não-organizado do mercado de trabalho. Em grande medida, o setor terciário foi o que mais contribuiu para a maior ampliação das vagas do segmento não-organizado, já que respondeu por 86% do total das ocupações abertas entre 1979 e 1999.

Tabela 6. Brasil: evolução das ocupações não-agrícolas por segmentos organizados e não-organizados entre 1979 e 1999

Itens	1979	1999	Variação absoluta anual*	Variação relativa anual**
Total não-agrícola	100%	100,%	1.225,1	3,0
- Organizado**	69,9	53,9%	421,9	1,7
- Não-organizado	30,1	46,1%	803,2	5,3
Secundário	**35,3%**	**25,4%**	**163,6**	**1,4**
- Organizado	27,8%	14,0%	-34,1	-0,4
- Não-organizado	7,5%	11,4%	197,8	5,2
Terciário	**64,7%**	**74,6%**	**1.061,4**	**3,8**
- Organizado	42,2%	39,9%	454,5	2,8
- Não-organizado	22,5%	34,7%	606,9	5,3

Fonte: FIBGE, PNAD's (ajustadas)
* Em mil;
** Em %.

No sentido inverso do verificado entre os anos de 1979 e 1999, nota-se uma alteração no movimento de desestruturação do mercado de trabalho desde o ano 2000. Com base no subperíodo de 1999 a 2004, observa-se que o assalariamento voltou a predominar no total das ocupações abertas, respondendo por quase 87% das novas vagas geradas.

Nota-se também que do contingente de empregos assalariados gerados nesse subperíodo de tempo, mais de 2/3 foram com carteira assinada. Assim, nota-se também que do conjunto das ocupações gerado no país desde 1999, 56,5% foram de empregos assalariados com carteira assinada.

Nesse mesmo sentido da reestruturação do mercado de trabalho, percebe-se uma queda relativa na taxa de desemprego aberto. Com isso,

houve também a desaceleração na taxa de precarização no total das formas de inserção no mercado de trabalho, com queda de 10,3% entre 1999 e 2004.

Tabela 7. Brasil: evolução da População Economicamente Ativa, da condição de ocupação e do desemprego entre 1999 e 2004

Itens	1999	2004	Variação absoluta anual**	Variação relativa anual* **
PEA	100,0%	100,0%	2.675,8	3,3
PEA ocupada	89,9%	90,7%	2.548,6	3,5
Empregador	3,8%	3,9%	119,5	3,8
Conta-própria	21,9%	20,8%	389,4	2,2
Sem remuneração	8,8%	6,5%	-175,6	-2,5
Assalariado	55,4%	59,5%	2.215,3	4,8
- Com registro	33,8%	36,8%	1.440,7	5,1
- Sem registro	21,6%	22,7%	774,6	4,3
Desempregado	10,1%	9,3%	127,2	1,6
Taxa de precarização*	40,8%	36,6%	341,0	1,1

Fonte: FIBGE, PNAD's (ajustadas)
* Soma de conta-própria, sem remuneração e desempregado;
** Em mil;
*** Em %.

Por conseqüência, o segmento organizado do mercado de trabalho passou a ser novamente recomposto. Entre 1999 e 2004, o segmento organizado foi responsável por 2/3 do total das vagas abertas no país.

Esse melhor desempenho do segmento organizado do mercado de trabalho se deve, em grande medida, ao melhor desempenho do emprego industrial. O setor secundário, por exemplo, foi responsável pela geração de quase 1/3 do total dos novos postos de trabalho no setor urbano nacional, enquanto no subperíodo de 1979 e 1999, respondeu por somente um a cada 10 ocupações geradas em todo o país.

Também deve ser destacado o desempenho do setor terciário, mesmo que não tenha registrado o mesmo desempenho do subperíodo de 1979 e 1999. De cada três novas vagas abertas no segmento organizado urbano, duas vieram do setor terciário, enquanto nos anos de 1979 a 1999 respondeu pela totalidade dos postos urbanos gerados.

Tabela 8. Brasil: evolução das ocupações não-agrícolas por segmentos organizados e não-organizados entre 1999 e 2004

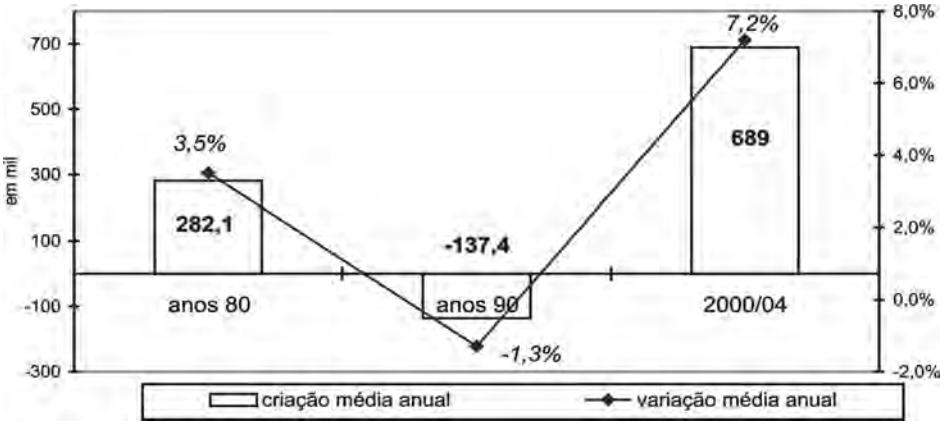
Itens	1999	2004	Variação absoluta anual*	Variação Relativa anual**
Total não-agrícola	100,0%	100,0%	2.511,7	4,2
- Organizado**	53,9%	55,6%	1.581,1	4,9
- Não-Organizado	46,1%	44,4%	930,6	3,5
Secundário	**25,4%**	**26,6%**	**798,4**	**5,2**
- Organizado	14,0%	14,5%	418,5	5,0
- Não-organizado	11,4%	12,1%	379,9	5,5
Terciário	**74,6%**	**73,4%**	**1.713,2**	**3,9**
- Organizado	39,9%	41,0%	1.149,3	4,8
- Não-organizado	34,7%	32,4%	563,9	2,8

Fonte: FIBGE, PNAD's (ajustadas).
* Em mil;
** Em %.

Tendo em vista a contribuição que o setor secundário passou a ter na reversão de sentido do mercado de trabalho no período mais recente, cabe agora tratá-lo de maneira mais precisa. A seguir analisa-se o comportamento específico das ocupações no setor industrial.

4. Situação recente da ocupação industrial

A década de 1990 interrompeu uma longa tendência de elevação significativa do emprego na indústria de transformação brasileira desde 1930,



Fonte: IBGE, PNAD's (ajustadas)

Gráfico 4. Brasil: comportamento médio anual do emprego industrial em períodos selecionados de tempos

quando teve início o ciclo da industrialização nacional. Somente nos anos 90, a indústria de transformação reduziu em 1,4 milhão de postos de trabalho (média anual de 137,4 mil empregos), não obstante a geração de 7,7 milhões de novas ocupações nos outros setores de atividades economias.

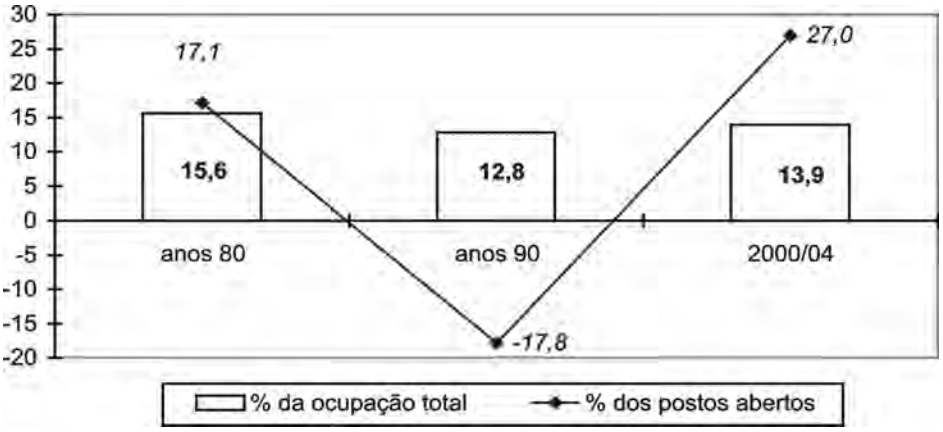
A partir de 1999, contudo, o comportamento do emprego na indústria de transformação voltou a crescer, chegando a alcançar, até 2004, a geração de 3,4 milhões novos postos de trabalho (média anual de 689 mil novos empregos). Essa profunda alteração no desempenho do emprego industrial encontra-se diretamente associada tanto ao abandono do regime cambial (taxa de cambio fixo) como ao forte crescimento do comércio internacional.

De fato, a desvalorização cambial terminou por produzir dois movimentos distintos no comportamento da economia nacional, especialmente na propulsão do emprego industrial. Em primeiro lugar, a combinação entre a contração na velocidade de substituição de postos de trabalho internos pela importação de produtos e serviços estrangeiros e o estímulo aos novos empregos determinados pelo aumento das exportações, ainda que prevalecesse o baixo crescimento econômico no mesmo período de tempo.

Em segundo lugar, o efeito das medidas institucionais voltado para o cumprimento da legislação trabalhista, capaz de regularizar o processo de terceirização selvagem do emprego na economia nacional. Assim, a posição de várias instituições comprometidas com o cumprimento do marco legal do mercado de trabalho (ações do Ministério Público do Trabalho, decisões da Justiça do Trabalho, fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego e a atuação dos sindicatos) terminou por contribuir também na reversão parcial do já avançado processo de desregulamentação do segmento organizado do mercado de trabalho (terceirização do trabalho pelo emprego sem carteira assinada, cooperativas fraudulentas, estágios irregulares, consultores, empresas de prestação de serviço comum só funcionário, entre outras).

A expansão da ocupação industrial tem sido tão significativa no período recente (7,2% a.a), que chega a superar em quase 106% a verificada nos anos 80. Em 2004, por exemplo, foi contabilizado pelo IBGE o conjunto de 11,7 milhões de empregos na indústria de transformação, superior em 21,4% o maior nível ocupacional industrial já registrado no Brasil (1989).

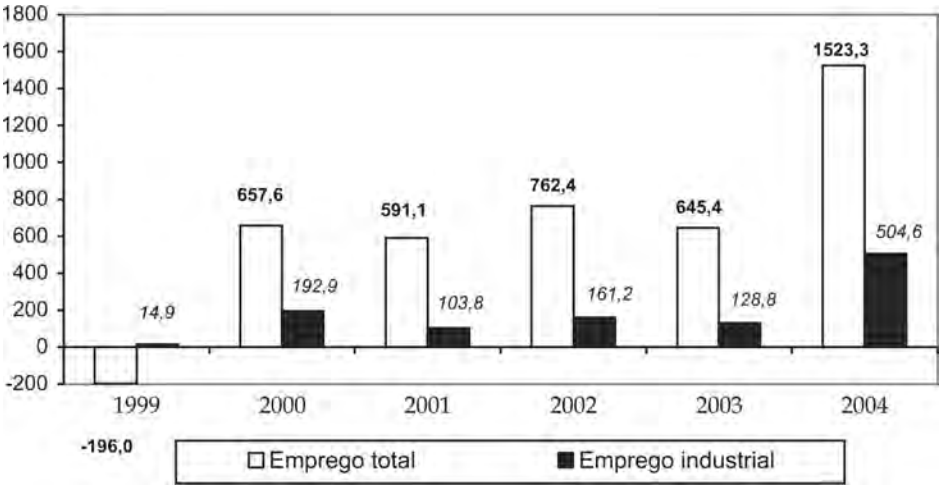
Além da forte variação na ocupação da indústria de transformação, destaca-se também a sua ampliação relativa no total da ocupação do país. Entre 1999 e 2004, por exemplo, a indústria de transformação respondeu por 27% do total de vagas abertas no país (total acumulado em 12,7 milhões de ocupações).



Fonte: IBGE, PNAD's (ajustadas)

Gráfico 5. Brasil: participação média anual do emprego industrial no total da ocupação e no total de postos de trabalho abertos em períodos selecionados de tempos

Por força disso, a indústria de transformação terminou aumentando a sua participação relativa no total da ocupação. Em 2004, a ocupação na indústria de transformação representou 13,9% do total dos postos de trabalho, enquanto nos anos 90 era menos de 12,8%.

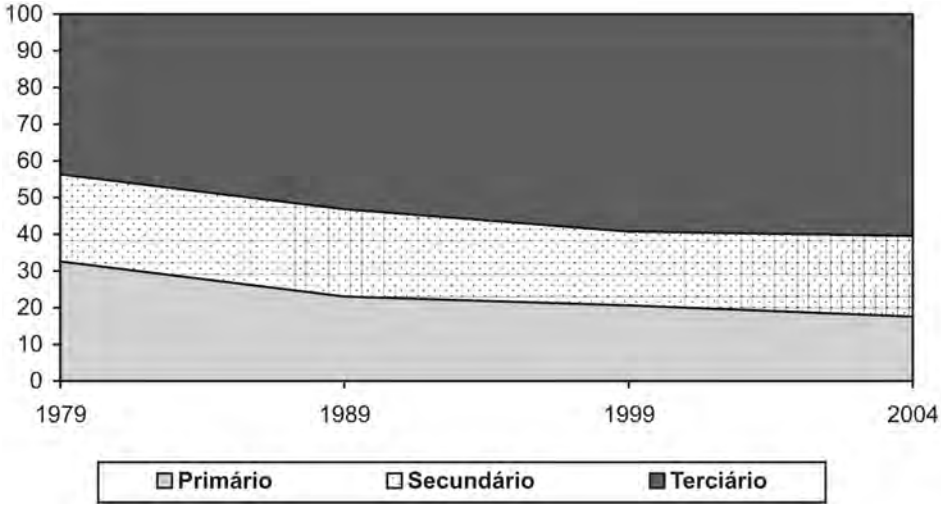


Fonte: MTE/CAGED (elaboração própria)

Gráfico 6. Brasil: Evolução anual do total do emprego assalariado formal e do emprego assalariado formal na indústria de transformação entre 1999 a 2004

Se considerado ainda somente o desempenho do emprego formal, observa-se a continuidade da evolução desde 1999. Com base nas informações do Ministério do Trabalho e Emprego (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), o emprego na indústria de transformação foi responsável 27,8% do saldo de todas as ocupações formais entre 1999 e 2004. Somente em 2004, a indústria de transformação respondeu por 33,1% (504,6 mil empregos) do total de postos de trabalhos abertos (1,5 milhão em empregos).

Por fim, cabe ainda destacar que depois de 20 anos de redução relativa do emprego industrial no total da ocupação no Brasil, nota-se a sua recuperação desde 1999. Assim, o contínuo aumento do setor terciário ocorre fundamentalmente diante da contenção do setor primário, tornando compatível também a expansão relativa do setor industrial.



Fonte: FIBGE, PNAD's (ajustadas)

Gráfico 7. Brasil: evolução da População Economicamente Ativa ocupada de 1970 a 2004

5. Ruptura ou interrupção do movimento de desestruturação do mercado de trabalho: considerações finais

O conjunto de informações anteriores possibilita analisar a evolução geral do comportamento do mercado de trabalho desde a década de 1930. Por ser um período relativamente longo, torna-se possível identificar alterações estruturais no funcionamento do mercado de trabalho brasileiro.

Em síntese, foram observados dois períodos muito distintos no que diz respeito à evolução do mercado de trabalho nos últimos 60 anos. De um lado, o movimento de estruturação do mercado de trabalho que ocorreu em simultâneo ao processo de industrialização e institucionalização das relações e condições de trabalho (1930-1980), sendo marcado pela expansão do emprego assalariado, principalmente do registro formal, e das ocupações nos segmentos organizados da economia (tipicamente capitalistas).

De outro lado, houve uma reversão na trajetória geral das ocupações a partir de 1980, com importantes sinais de desestruturação do mercado de trabalho. O desassalariamento de parcela da População Economicamente Ativa e a expansão das ocupações nos segmentos não-organizados e do desemprego ocorreram paralelamente ao abandono do projeto de industrialização nacional e à adoção de políticas macroeconômicas de reinserção internacional qualificada e enfraquecimento do estatuto do trabalho.

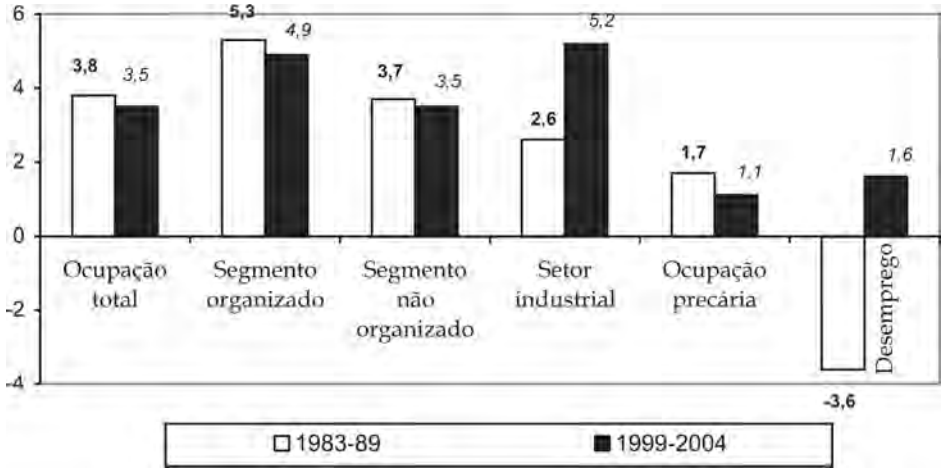
As razões das diferentes dinâmicas no funcionamento do mercado de trabalho, que apresenta uma evolução dependente do desenvolvimento mais geral da economia não devem ser buscadas apenas e tão somente nas variáveis endógenas do mercado de trabalho. É preciso ir além, procurando entender como as mudanças no padrão de desenvolvimento, no modo de inserção internacional e nas políticas macroeconômicas afetam o nível e a composição ocupacional, os rendimentos e mesmo as novas formas de contratação e uso da força de trabalho. Sem isso, as análises tendem a ser insuficientes e inconsistentes, redundando, em grande parte das vezes, em diagnósticos e propostas erradas.

Ademais cabe acrescer os sinais mais recentes do comportamento geral do mercado de trabalho em direção a sua reestruturação. De fato, desde 1999, conforme foi possível verificar por intermédio das informações obtidas a partir da PNAD há fortalecimento do segmento organizado do mercado

de trabalho urbano, com fundamental elevação de emprego assalariado com carteira assinada.

Da mesma forma, nota-se tanto a queda na taxa de precarização dos postos de trabalho como a leve queda da taxa de desemprego aberto. Em grande medida, essa importante melhora no comportamento do mercado de trabalho encontra-se diretamente relacionada à mudança do regime cambial, em 1999, e ao significativo crescimento do comércio externo.

Por conta disso, o setor industrial terminou sendo um dos principais protagonistas da recente recuperação do emprego formal no Brasil. A ampliação das exportações e a contenção dos produtos e serviços importados estimularam a nova geração da ocupação na indústria de transformação.



Fonte: IBGE/PNAD´s (ajustadas)

Gráfico 8. Brasil: comportamento do mercado de trabalho entre 1983/89 e 1999/2004 (variação em %)

Mas até que ponto a recuperação do emprego formal a partir de 1999 se mostra suficiente e sustentável para reverter a tendência de longo prazo de estruturação do mercado de trabalho? Ademais, cabe adicionar que entre os anos de 1983 e 1989 também houve uma importante recuperação do emprego formal, capaz de interromper temporariamente o movimento geral de desestruturação do mercado de trabalho. Como se sabe, a recessão do governo Collor (1990-92), acompanhada da adoção da política macroeconômica de corte neoliberal, colocou tudo a perder tanto no desempenho econômico como no interior do mercado de trabalho.

Na comparação entre o período de 1983/89 e de 1999/2004, percebe-se, inclusive, que a recuperação dos anos 80 foi até mais intensiva que a verificada atualmente, seja pela queda no desemprego, seja pela maior ampliação do segmento organizado, seja pelo maior ritmo de expansão do total da ocupação. O período atual, contudo, destaca-se pelo maior ritmo de crescimento do emprego no setor industrial e menor expansão das ocupações precárias.

Para que a atual recuperação do emprego formal possa romper de fato com a tendência de longo prazo de desestruturação do mercado de trabalho não poderia haver obstrução no desempenho do setor exportador. Nesse sentido, a taxa de câmbio e o comportamento do comércio internacional exercem um papel-chave.

Também deveriam estar assegurados os compromissos tanto com a sustentação do crescimento econômico como a restrição à desregulamentação do mercado de trabalho. Sem isso, os sinais de re-estruturação do mercado de trabalho poderão se transformar em apenas mais um caso de interrupção temporária da longa marcha de 25 anos de precarização dos postos de trabalho no Brasil.

De todo modo, convém resgatar uma relevante contribuição de um importante historiador a respeito da possibilidade da ocorrência simultânea dos tempos, capaz de combinar processos de longa duração das estruturas com movimentos de menor temporalidade da conjuntura (Braudel, 1979). Assim, não parece estranho que o Brasil possa presenciar simultaneamente a combinação dialética do processo de longo prazo de desestruturação do mercado de trabalho com o movimento temporal de re-estruturação do segmento organizado do trabalho.

Referências

ALBAN, M. *Crescimento sem emprego*. Salvador: Casa da qualidade, 1999.

BALTAR, P.; HENRIQUE, W. Emprego e renda na crise contemporânea no Brasil. In: OLIVEIRA, C. et al (Org.). *O mundo do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1994.

BELLUZZO, L.; ALMEIDA, J. *Depois da queda*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BRAUDEL, F. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*. Paris: A. Colin, 1979.

CACCIAMALI, M. *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo: IPE/USP,1983.

_____. *A economia informal 20 anos depois*: indicadores econômicos. Porto Alegre: FEE, 1992.

CAMARGO, J.; NERI, M.; REIS, M. Emprego e produtividade no Brasil na década de 1990. In: BAUMANN, R. (Org.). *Brasil*: uma década em transição. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise*. São Paulo: Unesp: Unicamp, 2002.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS - DIEESE. *Desemprego e as políticas de emprego*. São Paulo, 1994.

GONÇALVES, R. *O Brasil no comércio internacional*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *Vagão descarrilhado*. São Paulo: Record, 2002.

KOVARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

KREIN, D. *O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil dos anos 90*. Campinas: IE/Unicamp, 2001.

MATTOSO, J. Emprego e concorrência desregulada. In: OLIVEIRA, C.; MATTOSO, J. (Org.). *Crise e trabalho no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1996.

_____. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scitta, 1995.

MOREIRA, M.; NAJBERG, S. O impacto da abertura comercial sobre o emprego. In: MOREIRA, M.; GIAMBIAGI, F. (Org.). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

PACHECO, C.; POCHMANN, M. *Transformações do mercado de trabalho:* experiências internacional e brasileira no período recente. Brasília: IPEA, 1997. No prelo.

PEREIRA, L. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. *O emprego na globalização.* São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. *Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança*. São Paulo: LTr, 1995.

_____. *Relações de trabalho e padrões de organização sindical no Brasil.* São Paulo: LTr, 2003.

SOUZA, P. *Emprego, salários e pobreza*. São Paulo: Hucitec/Funcamp, 1979.

TAVARES, M. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1975.

TOKMAN, V. *El sector informal:* quince años después: el trimestre económico. Mexico: Fundo de Cultura Econômica, 1987.

TURNHAM, D. et al. *The informal sector revisited*. Paris: OECD, 1990.

Resumo

O presente trabalho analisa o comportamento geral do mercado de trabalho no Brasil num prazo mais longo de tempo. A partir de uma breve recuperação das tendências de longo prazo do mercado de trabalho, o autor analisa a situação mais recente, especialmente nos últimos cinco anos (1999 a 2004). Descreve os dois movimentos estruturais nos últimos 60 anos e a situação atual e, por fim, a análise mais específica da ocupação do mercado de trabalho no setor industrial.

Abstract

The present work addresses the general behavior of the labor market in Brazil in a long term basis. The author analyses the most recent situation, especially in the last five years (1999 a 2004), from the long-term trends of the labor market. He describes the two structural movements in the latest 60 years and the present situation, and, finally, a more specific investigation of the labor market occupation in the industrial sector.

O Autor

MARCIO POCHMANN é professor do Instituto de Economia (IE) e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).